



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89,- Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

## ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSEIS (28-03-16).

Às dezesseis horas e cinco minutos, do dia vinte e oito de março de dois mil e dezesseis, no Plenário, reuniu-se a Edilidade Marianense, presidida pelo vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas que, com exceção do vereador José Jarbas Ramos Filho e Sebastião André de Carvalho, contou com a presença dos demais Vereadores. Todos firmaram suas respectivas assinaturas no Livro de Presenças e tomaram seus assentos. O Senhor Presidente, cumprindo Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus declarou abertos os trabalhos. Logo após, solicitou ao Secretário que fizesse a **leitura da Ata da 08ª Reunião Ordinária**, realizada no dia vinte e um de março de dois mil e dezesseis. Após leitura, a ata foi colocada em discussão e votação. Pela ordem, o vereador Bruno disse que, como constava na ata, ele não tinha nada a ver com o pedido de vista do projeto de lei nº28/2016 e acrescentou que seu nome foi colocado indevida e dolosamente na recusa de benefícios destinados aos moradores de Bento e Paracatu. O vereador deixou claro que nunca votaria contrário em algum projeto que beneficiasse esses moradores. Ainda, ele manifestou contrário à possibilidade de destinar o dinheiro arrecadado pela Arquidiocese de Mariana, no valor de mais ou menos novecentos mil reais, para custear alguns projetos para recuperação do Rio Doce. Assim, o vereador pediu aos atingidos pela barragem que também se manifestassem contrários a essa probabilidade. Por fim, o vereador informou que os artigos 07 e 08 foram suprimidos do projeto, através de uma emenda a ser votada, a fim de que os moradores recebessem o mais rápido possível o dinheiro que lhes é devido. Após comentários, a ata foi declarada **aprovada**. Continuando a reunião, o presidente convidou os ex-vereadores Romeu Miranda, José Antunes Vieira e Petronília Viana, e o secretário de governo Edivaldo Andrade para comporem o plenário. Adiante, o secretário Juliano leu as **Correspondências e os Projetos de Lei: Projeto de Lei nº26/2016** (autoria do Prefeito Municipal) concede revisão geral da remuneração dos servidores da Administração Direta do Município e dá outras providências. Pela ordem, o vereador Fernando pediu ao presidente que consultasse o plenário para votar o projeto em única discussão e votação. Sua solicitação foi aceita pelos demais vereadores. **Projeto de Lei**



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

**nº30/2016 (autoria do Prefeito Municipal):** concede revisão geral da remuneração dos servidores do Sistema Autônomo de Água e Esgoto do Município e dá outras providências. Pela ordem, o vereador Fernando pediu ao presidente que consultasse o plenário para votar o projeto em única discussão e votação. Sua solicitação foi aceita pelos demais vereadores. **Projeto de Lei nº32/2016 (autoria do vereador Pedro César de Oliveira Nunes):** dá denominação oficial a logradouros nesta cidade e dá outras providências. Leitura da **Emenda Supressiva Modificativa nº01/2016 ao Projeto de Lei nº28/2016** (autoria dos vereadores Bruno Mól, Edson Agostinho, Fernando Sampaio, Geraldo Sales, Cristiano Vilas Boas, Adimar José, Daniely Cristina Alves, João Bosco, Juliano Vasconcelos, Antônio Marcos, Raimundo Elias Horta, Marcelo Macedo e Pedro César): suprime-se os artigos 07 e 08. **Leituras dos Requerimentos: Requerimento nº31/2016 (autoria do vereador Pedro César Oliveira Nunes):** requer que seja remetido ao Senhor prefeito Municipal, para que nos prazos da Lei, solicite ao Secretário Municipal de Administração para que proceda em regime de urgência a lavratura da escritura de doação do Estado ao Município de Mariana das áreas correspondentes na Lei 21.835 de 20 de novembro de 2015. **Requerimento nº32/2016** - relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito nº01/2015 – relator Sebastião André de Carvalho. Pela ordem, o vereador Fernando pediu ao presidente que consultasse o plenário para que o relatório não fosse lido no plenário, sendo lido nos próprios gabinetes, e votado na próxima reunião. Após consulta, ficou acordado que o relatório seria lido e aprovado no plenário, na presente data. Leitura das **Indicações: nº49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57 e 59/2016** (autoria do vereador Cristiano Silva Vilas Boas); **nº60/2016** (autoria do vereador Sebastião André de Carvalho); **nº61/2016** (autoria do vereador Bruno Mól). Leitura da **Moção de Pesar:** pelo passamento do Sr. Elvécio da Silva, de autoria dos vereadores Juliano Vasconcelos e Edson Agostinho. Leitura dos **Pareceres: Projeto de Lei nº26/2016**, de autoria do Prefeito Municipal. O presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade**. **Projeto de Lei nº30/2016**, de autoria do Prefeito Municipal. O presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade**. **Projeto de Lei 29/2016**, de autoria do Prefeito Municipal. Pela ordem, o vereador Fernando pediu para votar o projeto em única discussão e votação. Sua solicitação foi aceita



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camaraemariana.mg.gov.br

pelos demais vereadores. O presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Juliano ressaltou que os valores são destinados a todos os times para custearem suas despesas e acrescentou que todos os clubes deverão prestar contas do recurso recebido ao município. O projeto foi **aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº27/2016**, de autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas. O presidente submeteu o projeto em **primeira discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade. Emenda 01/2016 ao Projeto de Lei nº28/2016**, de autoria dos vereadores Bruno Mól, Edson Agostinho, Fernando Sampaio, Geraldo Sales, Cristiano Vilas Boas, Adimar José, Daniely Cristina Alves, João Bosco, Juliano Vasconcelos, Antônio Marcos, Raimundo Elias Horta, Marcelo Macedo e Pedro César. O presidente submeteu a emenda em **única discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Bruno explicou que foram suprimidos os artigos 07 e 08 que limitavam o espaço de tempo para o executivo efetuar o repasse do dinheiro aos atingidos pela barragem, agora com a supressão o executivo pode fazer o repasse a qualquer momento. Pela ordem, o vereador Pedro César explicou que caso o projeto anterior fosse aprovado, os beneficiados não receberiam o dinheiro na quarta-feira de acordo com os artigos 07 e 08. O vereador disse que seu pedido de vista do projeto era uma preocupação com todos os moradores atingidos, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) não veio à Casa assinado pelos membros da comissão dos atingidos e nem pelo prefeito, apenas pelo promotor Guilherme. Ainda, o vereador deixou claro que em hipótese alguma estava restringindo o direito das famílias, estava apenas agindo com responsabilidade para não prejudicar os beneficiados. Pela ordem, a vereadora Daniely pediu à Câmara que fizesse uma retratação sobre as notícias veiculadas. A Emenda **foi aprovada por unanimidade. Projeto de Lei nº28/2016**, de autoria do Prefeito Municipal. O presidente colocou o projeto em **única discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Geraldo Sales disse que é preciso juntar o corpo jurídico do município para investigar as doações prometidas e que não chegaram às contas de doações para os atingidos. Foram feitas muitas publicidades tirando proveito da tragédia na cidade. Pela ordem, o vereador Pedro César disse que foram feitos shows destinando recursos aos atingidos, porém esses recursos não chegaram à Mariana. Assim, o vereador solicitou à Câmara para que envie um ofício ao Ministério Público pedindo apoio para investigar esses casos. **Requerimento nº31/2016**, de autoria do vereador



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

Pedro César. O presidente submeteu o requerimento **em única discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Pedro César informou que há muitas áreas desafetadas do estado e que agora pertencem ao município, de modo que é necessário os registros para que Mariana possa fazer as intervenções necessárias para atender melhor a população. O requerimento foi **aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº28/2016 em Redação Final**, de autoria do Prefeito Municipal. O presidente submeteu o projeto **em única discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade. A reunião ocorreu com intervalo de cinco minutos**. Prosseguindo a reunião, o presidente solicitou ao vereador Juliano a leitura do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito nº01/2015. Após a leitura, o vereador Marcelo Macedo pediu ao presidente que convidasse os vereadores Geraldo Magela e Sebastião André de Carvalho para comentarem o relatório na próxima segunda-feira. Com a palavra, o vereador Geraldo Sales parabenizou o trabalho da comissão, do engenheiro contrato e da Casa. O vereador acrescentou que a Casa cumpriu com o seu dever. Com a palavra, o vereador Cristiano parabenizou a comissão pelo relatório e desejou que o ministério público tomasse as medidas cabíveis. Pela ordem, o vereador Marcelo pediu a leitura da ata em que constava o depoimento do Sr. Alex Bruno, um dos sócios da empresa Lider Empreendimentos. De acordo com o Procurador da Casa, Cor Jesu Quirino, no período de cento e vinte dias da CPI, todos os vereadores poderiam acompanhar os procedimentos, encaminhar questionamentos, por exemplo. É de direito de qualquer vereador ter acesso aos documentos e caso os documentos recolhidos pela comissão fossem lidos na íntegra haveria mais de duas mil páginas. À parte, os vereadores poderiam ler os documentos e enviar questionamentos junto ao relatório ao Ministério Público (MP), independente do voto do vereador. O procurador explicou que ação não terminava naquele momento, o relatório era apenas um relato de uma comissão de inquérito que se imbuíram na função de fiscalização para acompanhar as irregularidades das obras mencionadas. A legislação não permite mais nenhuma inclusão de documentos, de ser revisto e alterado sob pena de viciar o procedimento e de ser indiciado de prevaricação de função. Será função do MP chamar os mencionados no relatório para depoimentos. Pela ordem, o vereador Bruno disse que por ser um julgamento de um relatório é de direito do vereador Marcelo saber se o depoimento do Sr. Alex Bruno

*Carneiro,*

*[Signature]*

*[Signature]*



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

mencionado no item 4.1 está realmente na íntegra. Isso ajudaria no julgamento do vereador. O pedido do vereador para que se lesse a ata foi negado. Pela ordem, a vereadora Daniely disse que antes da leitura do relatório questionou a ausência do relator, vereador Sebastião André de Carvalho, e que foi orientada de que qualquer membro da comissão poderia prestar esclarecimentos. Ainda, a vereadora disse que foi negado o direito de ler na íntegra um dos depoimentos mencionados no item 4.1 do relatório. O presidente consultou nominalmente os vereadores para votação do Requerimento nº32/2016. Os vereadores Edson Agostinho, Geraldo Sales, Adimar José Cota foram favoráveis ao relatório. O vereador Cristiano Vilas Boas disse que se posicionava favorável ao relatório devido ao grande trabalho realizado e para não correr o risco de a CPI ser perdida. O vereador Raimundo Elias se absteve da votação. O vereador Marcelo Macedo disse que suas dúvidas não foram esclarecidas por isso se absteve da votação. O vereador Pedro César se absteve da votação. O vereador Fernando Sampaio votou favorável. O vereador Bruno se absteve da votação por entender que o processo foi viciado por não ter atendido a solicitação do vereador Marcelo. A vereadora Daniely se absteve da votação, pois o relator não estava presente para prestar alguns esclarecimentos, por causa do não acesso ao depoimento do Sr. Alex mencionado no relatório e que dizia estar na íntegra, além disso havia divergência entre as falas do engenheiro Carlos Henrique. O vereador Fernando esclareceu que uma das falas pertencia ao relatório que a prefeitura enviou à Casa, não podendo ser modificada, de modo que a divergência deveria ser explicada pelo próprio engenheiro. O vereador João Bosco votou favorável ao relatório e pediu ao presidente a leitura da ata para que não restasse dúvida. O vereador Juliano se absteve da votação, pois quando a CPI foi instaurada ele não estava como vereador na Casa, de modo que não pode acompanhar todo o processo. O presidente Antônio Marcos votou favorável ao relatório. Terminadas as votações, **o relatório foi considerado aprovado com a abstenção dos vereadores Raimundo Elias Horta, Marcelo Macedo, Pedro César, Juliano Vasconcelos, Bruno Mól e Daniely Cristina Alves. Palavra livre.** Nada mais havendo, o Presidente declarou encerrada a Sessão às dezenove horas e dezessete minutos. E, para constar, lavrou-se esta Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.